

HOSPITAL DO CORAÇÃO DO BRASIL S.A.
CNPJ/MF N.º 01.584.275/0001-82
Brasília - DF

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Ao encerrar este exercício social em 31 de dezembro de 2010, o HOSPITAL DO CORAÇÃO DO BRASIL S.A., tem a satisfação de submeter para exame e apreciação de V.Sas, em conformidade com os dispositivos legais e estatutários, BALANÇO PATRIMONIAL com respectivas DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS e correspondentes NOTAS EXPLICATIVAS. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer outros esclarecimentos.

Brasília-DF, 13 de abril de 2011.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em reais)			
	N.E	2010	2009
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixas e Equivalentes de Caixa	9	7.994.717	3.294.889
Contas a Receber	10	10.352.126	8.525.089
Estoques	11	1.201.520	429.693
Impostos e Contribuições a Recuperar	12	2.074.853	1.132.760
Outros Créditos	13	493.475	463.185
		22.116.691	13.845.616
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais	14	518.154	518.154
Créditos Diversos		52.970	52.970
Imobilizado	15	15.648.632	16.774.457
Intangível	16	249.291	354.226
		16.469.047	17.699.807
TOTAL DO ATIVO		38.585.738	31.545.423
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	17	2.452.317	2.158.318
Empréstimos e Financiamentos	18	4.017.310	3.860.493
Obrigações Fiscais e Tributárias	19	196.447	262.332
Obrigações Sociais e Trabalhistas	20	903.885	932.642
Outras Obrigações	21	1.378.989	354.079
		8.948.948	7.567.864
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	18	5.650.907	7.760.133
Provisões para Contingências	22	2.415.000	3.500
Outras Obrigações		503.744	503.744
		8.569.651	8.267.377
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	23	17.054.005	17.054.005
Reserva de Capital		42.153	42.153
Reserva Legal		470.040	285.780
Reserva de Lucros à Disposição da AGO		3.500.941	-
Prejuízos Acumulados		-	(1.671.756)
		21.067.139	15.710.182
TOTAL DO PASSIVO		38.585.738	31.545.423

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em Reais)			
	N.E	2010	2009
RECEITA LÍQUIDA	4	47.697.720	37.969.129
CUSTOS	5	(20.226.723)	(17.244.372)
LUCRO BRUTO		27.470.997	20.724.757
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas Gerais e Administrativas	6	(20.079.769)	(15.539.588)
Outras Receitas (despesas) Operacionais		497.350	1.063.155
Despesas Tributárias		(36.216)	(80.548)
		(19.618.635)	(14.556.981)
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS		7.852.362	6.167.776
Despesas e receitas financeiras	7	13.264	(302.877)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		7.865.626	5.864.899
Despesas com tributos sobre o lucro	8	(2.508.669)	(1.390.664)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.356.957	4.474.235
Lucro por Ação		0,31	0,26

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em reais)						
Eventos	Capital social	Reserva legal	Reserva para investimentos	Reserva de lucros à disposição da AGO	Resultado do exercício	Total
Saldo Final em 01 de janeiro de 2009	17.054.005	62.068	42.153	-	(5.922.279)	11.235.947
Resultado Líquido do exercício					4.474.235	4.474.235
Reserva Legal		223.712			(223.712)	-
Saldo Final em 31 de dezembro de 2009	17.054.005	285.780	42.153	-	(1.671.756)	15.710.182
Reserva Legal		184.260			(184.260)	-
Resultado Líquido do exercício					5.356.957	5.356.957
Retenção de Lucros à disposição da AGO				3.500.941	(3.500.941)	-
Saldo Final em 31 de dezembro de 2010	17.054.005	470.040	42.153	3.500.941	-	21.067.139

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Hospital do Coração do Brasil S.A. ("Hospital"), é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como atividade principal a prestação de serviços de assistência médica - hospitalar, especialmente em cardiologia, cirurgia cardíaca, vascular e torácica, pneumologia, angiologia e demais especialidades médicas em pronto socorro, ambulatório e internações, serviços complementares e afins.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
BASE DE PREPARAÇÃO
As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que declarado o contrário.
As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico PME (Resolução CFC N.º 1.255/09 que aprovou a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme adotadas no Brasil pela aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC-PME exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração do Hospital julgue da maneira mais apropriada a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativas foram feitos para a elaboração das demonstrações financeiras e os seus efeitos são apresentados na nota explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, exceto de outro modo indicado.
A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria, em 28 de março de 2011.

MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS
As novas normas, interpretações e alterações, aplicadas pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2009, estão contempladas nas notas explicativas que seguem, conforme aplicabilidade do Pronunciamento para as demonstrações financeiras do Hospital.

A aplicação do Pronunciamento Técnico PME (Resolução CFC N.º 1.255/09 que aprovou a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) não gerou impactos significativos nas demonstrações financeiras do Hospital e por esse motivo não estão sendo apresentadas informações do saldo de abertura de 01 de janeiro de 2009.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Apuração do resultado
O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.
A receita é reconhecida no resultado em função do faturamento dos serviços prestados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

b) Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras
Refere-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Estimativas contábeis
A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do Hospital use de julgamentos na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para desvalorização de estoques, impostos diferidos ativos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O Hospital revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

d) Instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, incluindo os recebíveis relativos a serviços de concessão, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

i) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado
Um instrumento é classificado ao valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se o Hospital aplicar esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pelo Hospital. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

ii) Instrumentos mantidos até o vencimento
São ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais o Hospital tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

iii) Instrumentos disponíveis para venda
Os investimentos do Hospital em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

e) Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis devem ser mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, deduzido ser eventuais reduções no valor recuperável.

f) Moeda estrangeira
A Administração do Hospital definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas desonradas no CPC-PME - Seção 30 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

g) Contas a receber de clientes
As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária do Hospital, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

Movimentação da conta:

Movimentação de Custos	Tx. Deprec.	01/01/2009	Adições	Baixas	31/12/2009	Adições	Baixas	31/12/2010
Terenos		1.530.343			1.530.343			1.530.343
Edificações	4%	10.847.315			10.847.315			10.847.315
Móveis e Utensílios	10%	977.288	72.403	(2.782)	1.046.909	59.703		1.106.612
Equipamentos e Instalações Hospitalares	10%	4.831.571	607.168		5.438.739	93.416		5.532.155
Veículos	20%	28.727			28.727			28.727
Equipamentos de Processamentos de Dados	20%	571.904	117.174	(1.017)	688.062	72.844		760.906
Central Telefônica	10%	12.760			12.760			12.760
Máquinas e Equipamentos	10%	1.003.679	14.215		1.017.894	12.070		1.029.964
Importação em Andamento	-	-	22.000		22.000		(22.000)	-
Outras Imobilizações	-	1.440			1.440		(1.440)	-
Equipamentos de Segurança	10%	2.328			2.328			2.328
		19.807.355	832.960	(3.799)	20.636.517	238.033	(23.440)	20.851.110

16. INTANGÍVEL
O Ativo Intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido dos encargos de depreciação, estando composto da seguinte forma:

	31/12/2010	31/12/2009
Intangível	249.291	354.226
Direito de Uso de Software	20%	524.593
(-) Amortização Acumulada		(275.302)
		(170.367)

17. FORNECEDORES

	31/12/2010	31/12/2009
Fornecedores	2.452.317	2.158.318
Fornecedores Nacionais	2.150.682	1.844.922
Fornecedores Clínicas	294.670	313.396
Fornecedores Funcionários	6.965	-

h) Estoques
Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. São representados, principalmente por medicamentos e itens de aplicação direta no consumo hospitalares.

i) Investimentos
Os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável.

j) Imobilizado
Registrado pelos custos de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 15 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais.

k) Arrendamento mercantil
i) Arrendamento financeiro
Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente o Hospital os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato.

ii) Arrendamento operacional
Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

l) Redução ao valor recuperável
Por questões de levantamento dos saldos contábeis, durante o exercício não foi realizado o teste do valor recuperável do ativo imobilizado.

m) Demais Ativos circulante e não circulante
São representados ao valor de custo, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos e as provisões para perdas.

n) Passivos circulante e não circulante
Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulante e não circulante são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

o) Provisões
Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que o recurso econômico possa ser requerido para saldar o mesmo. As provisões são registradas quando as mesmas são julgadas como prováveis tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p) Provisão para Contribuição Social e para Impostos de Renda
Foram constituídas as provisões para Contribuição Social e Imposto de Renda nos percentuais de 9% e 15% respectivamente, compreendendo ainda o Adicional do Imposto de Renda à alíquota de 10%, de acordo com os preceitos da legislação fiscal vigente, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

4. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2010	31/12/2009
Receita Líquida	47.697.720	37.969.129
Receita de Serviços	55.222.186	42.677.470
Deduções da Receita	(4.527.325)	(2.288.391)
Impostos sobre Receita	(2.997.141)	(2.419.950)

5. CUSTOS

	31/12/2010	31/12/2009
Custos	(20.226.723)	(17.244.372)
Materiais e medicamentos	(9.653.613)	(7.228.589)
Honorários Médicos	(10.573.110)	(10.015.783)

6. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2010	31/12/2009
Despesas Administrativas/Gerais	(20.079.769)	(15.539.588)
Despesas Gerais	(12.685.115)	(9.156.987)
Despesas com Pessoal	(7.394.654)	(6.382.601)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2010	31/12/2009
Resultado Financeiro	13.264	(302.877)
Receitas Financeiras	1.031.433	967.497
Despesas Financeiras	(1.018.169)	(1.270.374)

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
O imposto de renda e a contribuição social no resultado do período são reconciliados como segue:

	31/12/2010	31/12/2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.865.626	5.864.899
Alíquota conjugada aproximada de IRPJ e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL esperados	(2.674.314)	(1.994.067)
Adições de despesas Inedutíveis	(7.004.791)	(1.677.267)
Exclusões	3.975.473	500.000
Abatimento 30% de prejuízo fiscal	3.194.962	1.780.668
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.508.670)	(1.390.664)

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, o saldo da conta Disponibilidades inclui caixa em poder do Grupo, depósitos bancários e aplicações financeiras, líquidos de saldos bancários a descoberto. O saldo dessa conta no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens da demonstração da posição financeira, como demonstrado a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009
Empréstimos e Financiamentos	9.668.218	11.620.626
Circulante	4.017.310	3.860.493
Philips Medical Systems	134.016	3.529
GE General Electric Company	77.647	51.317
Banco do Brasil	3.805.647	3.805.647
Não Circulante	5.650.907	7.760.133
GE General Electric Company	19.421	134.969
Philips Medical Systems	67.008	275.899
Banco do Brasil - FCO	5.564.478	7.349.265

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	31/12/2010	31/12/2009
Obrigações Fiscais e Tributárias	196.447	262.332
Impostos Municipais a Recolher	61.749	58.271
Impostos Federais a Recolher	134.698	204.061

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em reais)

	2010	2009
EVENTOS		
Fluxos de Caixa das Atividade Operacionais		
Resultado líquido do exercício	5.356.957	4.474.235
Ajuste para Conciliar o Resultado e as Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais		
Depreciações e Amortizações	1.445.353	1.374.759
Perdas com Contas a Receber	-	43.825
Provisões	2.411.500	3.500
Variações nos Ativos		
(Aumento) Redução contas a receber	(1.827.037)	(957.826)
(Aumento) Redução impostos a recuperar	(942.093)	(1.152.540)
(Aumento) Redução estoques	(771.827)	5.196
(Aumento) Redução Adiantamento	(30.291)	(209.362)
(Aumento) Redução outros créditos	-	(76.037)
Variações nos Passivos		
Aumento (Redução) fornecedores	293.999	(110.231)
Aumento (Redução) obrigações trabalhistas e sociais	(28.757)	303.034
Aumento (Redução) tributárias	(65.885)	328.580
Aumento (Redução) outras obrigações	1.024.910	(48.423)

DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS

NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

Aquisição de imobilizado

Baixa do diferido

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos

HOSPITAL DO CORAÇÃO DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF N.º 01.584.275/0001-82

Brasília - DF

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em reais)****23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O Patrimônio Líquido é composto pelo Capital Social integralizado, pelas Reservas constituídas com base na Legislação Societária Brasileira e pelos Resultados Acumulados. O Capital Social pertence a acionistas domiciliados no País, estando composto de ações ordinárias nominativas.

a) Capital Social

O Capital Social é de R\$ 17.054.005 (dezessete milhões, cinquenta e quatro mil e cinco reais) e pertence exclusivamente a acionistas domiciliados no País e está dividido em 17.054.005 ações ordinárias nominativas.

b) Reserva Legal

No exercício de 2010, foi constituída a reserva legal, conforme dispõe o art. 193 da Lei 6.404, com redação dada pela Lei 10.303, de 2001.

c) Reserva de Lucros à disposição da AGO

Lucro Líquido do Exercício	5.356.957
(-) Prejuízos acumulados	(1.671.756)
Total a Base de Cálculo da Reserva Legal	3.685.201
(-) Reserva Legal do Exercício (5%)	(184.260)
Reserva de lucros à disposição da AGO	3.500.941

d) Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 43 do Estatuto da Sociedade são de 25% do lucro líquido ajustado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 o valor é de R\$ 875.235, entretanto, a Diretoria vai aguardar a aprovação na AGO.

24. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações de prestação de serviços do Hospital com sua Controladora direta SANTA LUZIA PARTICIPAÇÕES S.A. e das suas Coligadas SANTA LUZIA ASSISTÊNCIA MÉDICA S.A e HOSPITAL SANTA LUZIA S.A.

O montante referente à contratação de serviços entre o Hospital e sua controladora apresenta a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Controladora – SANTA LUZIA PARTICIPAÇÕES S.A.		
Valores a Receber – Ativo	-	34.009
Valores a Pagar – Passivo	85.852	397.166
Coligada – SANTA LUZIA ASSISTÊNCIA MÉDICA S.A.		
Valores a Receber – Ativo	582.544	210.955
Valores a Pagar – Passivo	-	2.656
Coligada – HOSPITAL SANTA LUZIA S.A.		
Valores a Receber – Ativo	3.591.019	4.186.048
Valores a Pagar – Passivo	146.269	-

25. COBERTURA DE SEGUROS

O Hospital adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras incluem todos os eventos até a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, mesmo que esses eventos ocorram após o anúncio público de lucros ou de outra informação financeira. De acordo com o disposto na Seção 32 do CPC/PME, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.

27. ADOÇÃO DO CPC- PME PELA PRIMEIRA VEZ

As demonstrações financeiras do Hospital para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em total aderência ao CPC-PME. As demonstrações financeiras foram preparadas na observância do referido pronunciamento.

O termo empresas de pequeno e médio porte adotado neste Pronunciamento não inclui (i) as companhias abertas, reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; (ii) as sociedades de grande porte, como definido na Lei nº. 11.638/07; (iii) as sociedades reguladas pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e outras sociedades cuja prática contábil é ditada pelo correspondente órgão regulador com poder legal para tanto.

Na preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com o CPC-PME, o Hospital aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva do Pronunciamento.

Isenções da aplicação retrospectiva completa:

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância ao Pronunciamento PME, entretanto, considerando os aspectos estatutários, o Hospital não efetuou transações relacionadas às operações e respectivas seções demonstradas abaixo:

Seção Operações

Seção 10	Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros
Seção 12	Outros tópicos sobre instrumentos financeiros
Seção 15	Investimento em Instrumento Controlado em Conjunto
Seção 16	Propriedade para investimento
Seção 19	Combinação de negócios e ágio por expectativa de rentabilidade futura
Seção 20	Operações de arrendamento mercantil
Seção 24	Subvenção governamental
Seção 25	Custos de Empréstimos
Seção 26	Pagamento Baseado em Ações
Seção 28	Benefícios a empregados
Seção 29	Tributos sobre o lucro
Seção 30	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações.
Seção 31	Hiperinflação
Seção 34	Atividades especializadas

28. CONCILIAÇÃO ENTRE PRÁTICA ANTERIOR E CPC-PME

Abaixo segue as reclassificações decorrentes da conciliação da quantificação do efeito da transição para os CPC-PME em 31/12/2009.

	De acordo com a Prática Contábil Anterior	Reclassificação de Estimativa de Impostos a Recuperar	Reclassificação de Provisões para Contingências	Efeito Total da Mudança para CPC-PME	De Acordo com o BRGAAP (CPC-PME)
Ativos					
Circulante	14.944.372	(1.098.756)	-	(1.098.756)	13.845.616
Não circulante	<u>17.699.807</u>	-	-	-	<u>17.699.807</u>
	32.644.179				31.545.423
Passivos					
Circulante	8.670.120	(1.098.756)	(3.500)	(1.102.256)	7.567.864
Não circulante	8.263.877	-	3.500	3.500	8.267.377
Patrimônio Líquido	<u>15.710.182</u>	-	-	-	<u>15.710.182</u>
	32.644.179				31.545.423

Não houve outros ajustes relevantes nos Balanços Patrimoniais e na Demonstração do Resultado do Exercício do Hospital em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas seguintes seções do CPC/PME:

Seção 1 – Pequenas e Médias empresas
Seção 2 – Conceitos e princípios gerais
Seção 3 – Apresentação das demonstrações financeiras
Seção 4 – Demonstração da posição financeira (Balanço patrimonial)
Seção 5 – Demonstração do Resultado
Seção 6 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Seção 7 – Demonstração dos fluxos de caixa
Seção 8 – Notas explicativas às demonstrações financeiras
Seção 9 – Demonstrações consolidadas separadas
Seção 11 – Instrumentos financeiros básicos
Seção 13 – Estoques
Seção 14 – Investimento em controlada e em coligada
Seção 17 – Ativo imobilizado
Seção 18 – Ativo intangível
Seção 21 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
Seção 22 – Passivo e Patrimônio líquido
Seção 23 – Receitas
Seção 27 – Redução ao valor recuperável de ativos
Seção 32 – Evento subsequente
Seção 33 – Divulgação sobre partes relacionadas
Seção 35 – Adoção inicial deste pronunciamento

DIRETORIA

Vanjivaldo da Silva
Diretor Superintendente-Geral

Elisandro Anuar Philippsen
Diretor Financeiro

CONTADORA

Maria do Socorro Torres Frazao
CRC/DF 016508/0-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas do

HOSPITAL DO CORAÇÃO DO BRASIL S.A.

Brasília – DF

Examinamos as demonstrações financeiras do Hospital do Coração do Brasil S.A. ("Hospital"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Hospital é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Hospital para planejar os procedimentos de auditoria

que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Hospital. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Com o objetivo de se adequar as novas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), no que tange a adoção do CPC PME - Seção 17, o Hospital está em processo de contratação de empresa especializada para proceder ao levantamento físico, identificação e revisão da vida útil dos bens que compõem seu ativo imobilizado. Conseqüentemente, não nos foi possível mensurar os efeitos no saldo do ativo imobilizado, bem como do valor da depreciação reconhecida no resultado do exercício naquela data.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, essas demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital do Coração do Brasil S/A em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

Ênfase

Sem alterar a nossa opinião descrita no parágrafo anterior, conforme descrito na nota nº 12, o Hospital mantém registrado no ativo não circulante, impostos e contribuições a recuperar no valor de R\$ 2.074.853, em 31 de dezembro de 2010. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está condicionado à geração de tributos a serem compensados. As demonstrações financeiras acima referidas não contemplam quaisquer ajustes que poderiam advir deste tema.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 26 de fevereiro de 2010, contendo das seguintes qualificações: i) ausência das respostas de confirmações diretas (circularizações) das instituições financeiras; ii) limitação de escopo quanto à conclusão do registro das contingências registradas naquela data. Essas qualificações foram regularizadas, sendo retiradas das demonstrações financeiras de 2010.

Brasília-DF, 28 de março de 2011.

Hélio do Vale Ribeiro
Contador
CRC – 1 SP 162.349/0 T-DF

AUDIGER AUDITORES & CONSULTORES S/S
CRC - DF 507

